

**Instituto de Estudos
Socioeconômicos**

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....3 **Demonstrações contábeis**

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado do período.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto).....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

**Aos Administradores, Associados e Conselheiros do
Instituto de Estudos Socioeconômicos- INESC
Brasília - DF**

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis do **Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC** ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), e com a Resolução nº. 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases**(i) CEBAS**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 16(a), na qual a administração informa que a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente ao triênio 2024 a 2027, foi realizada junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Portaria nº 94/2025, publicada no Diário Oficial da União em 20 de outubro de 2025. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

(ii) Doações de terceiros

Chamamos a atenção para as notas 01 e 18, onde mencionam que o Instituto não tem finalidade de lucros e obtém parte substancial de suas receitas na forma de doações de terceiros (contratos de cooperação e acordos com entidades doadoras nacionais e internacionais), as quais somente podem ser identificadas quando registradas contabilmente. Por essa razão, nossos exames nessa área ficaram restritos, exclusivamente, aos valores contabilizados.

Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Qualificação no relatório do exercício anterior.

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, foram por nós auditadas, tendo sido emitido relatório datado de 07 de abril de 2025, contendo a seguinte qualificação: ausência de comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios de 2024 e 2023.

Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2025 elaboradas pela administração do Instituto, serão colocadas em pauta para aprovação dos conselheiros na próxima reunião e para homologação na próxima Assembleia Geral. É importante ressaltar que até a data de emissão do nosso relatório, não existe qualquer indicativo de que as demonstrações não serão aprovadas e devidamente homologadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1.000 (R1), e com a Resolução nº. 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de
- auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 24 de abril de 2026

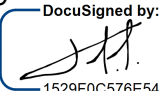
iDEA

Auditores Independentes S/S

CRC nº GO-001106/O-9

Jackson Lara Ribeiro

Contador CRC GO 12.068/O

DocuSigned by:

1529F0C576E543E...



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	649.847	2.435.739
Aplicações financeiras	5	13.204.883	7.744.748
Deposito Judicial	17	118.628	104.518
Adiantamentos	6	594	2.000
Impostos a compensar		406	13.340
Estoques		5.635	-
Total do ativo circulante		13.979.992	10.300.346
Não circulante			
Imobilizado	7.a/b	1.132.772	1.179.047
Intangível	7.c	8.080	5.392
Total do ativo não circulante		1.140.851	1.184.440
Total do Ativo		15.120.844	11.484.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Cristiane da Silva Ribeiro
 Colegiado de Gestão
 CPF: 061.660.546-37

 José Antônio Moroni
 Colegiado de Gestão
 CPF:459.520.350-00

 André Luís de Carvalho Bittencourt
 Contador CRC BA-0189501/O-0 "S-DF"



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		45.481	35.054
Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	8	1.030.037	772.444
Projetos a realizar	9	10.016.724	6.927.978
Provisão processos judiciais	17	125.951	110.970
Total do passivo circulante		11.218.193	7.846.445
Patrimônio líquido	10		
Patrimônio social		3.638.340	3.714.074
Superávit (Déficit) do exercício		264.310	(75.734)
Total do patrimônio líquido		3.902.650	3.638.340
Total do passivo e patrimônio líquido		15.120.844	11.484.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Cristiane da Silva Ribeiro
 Colegiado de Gestão
 CPF: 061.660.546-37

 José Antônio Moroni
 Colegiado de Gestão
 CPF:459.520.350-00

 André Luís de Carvalho Bittencourt
 Contador CRC BA-0189501/O-0 "S-DF"



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Instituto de Estudos Socioeconômicos

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Com Restrições			
Receitas de convênios			
Recursos de projetos/contratos	11	11.566.733	10.166.735
Rendimentos financeiros	11	1.042.275	490.198
Sem Restrições	12		
Rendimentos financeiros		465.294	284.861
Taxas Administrativas		58.212	61.164
Receitas recuperadas		263.800	-
Outras Receitas		81.992	86.632
		13.478.307	11.089.590
Custos de projetos e convênios			
Despesas com atividades dos projetos	13		
Formar em orçamento e direitos		(2.547.917)	(1.513.962)
Apoiar parceiros institucionalmente		(120.040)	(121.216)
Sujeitos fortalecidos		(2.166.532)	(834.256)
Reforma política e aplicada		(1.736)	(282.924)
Outras despesas		(104.876)	(444.340)
		(4.941.101)	(3.196.697)
Recursos Humanos	14		
Remunerações		(5.515.380)	(4.243.765)
Benefícios sociais		(1.229.602)	(1.135.996)
Encargos Sociais		(7.539)	(345.930)
Provisão de férias		(87.033)	(78.371)
Outras despesas com pessoal		(4.415)	(119.711)
		(6.843.969)	(5.923.773)
Despesas operacionais	15		
Administrativas e gerais		(940.950)	(1.500.268)
Despesas Financeiras		(153.159)	(90.511)
Taxa Administrativa		(58.212)	(61.164)
Depreciação e amortização		(136.810)	(141.874)
Outras despesas operacionais		(139.795)	(251.036)
		(1.428.927)	(2.044.853)
Total de Despesas		(13.213.996)	(11.165.324)
Superávit (Déficit) do exercício		264.310	(75.734)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Cristiane da Silva Ribeiro
 Colegiado de Gestão
 CPF: 061.660.546-37

 José Antônio Moroni
 Colegiado de Gestão'
 CPF:459.520.350-00

 André Luís de Carvalho Bittencourt
 Contador CRC BA-0189501/O-0 "S-DF"



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de exercício anterior	Superávit ou déficit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Representação)	2.923.146	547.750	243.179	3.714.074
Ajuste de exercício anterior	547.750	(547.750)	-	-
Incorporação do superávit do exercício anterior	243.179	-	(243.179)	-
Déficit do exercício	-	-	(75.734)	(75.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.714.074	-	(75.734)	3.638.340
Incorporação do déficit do exercício anterior	(75.734)	-	75.734	-
Superávit do exercício	-	-	264.310	264.310
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.638.340	-	264.310	3.902.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

 Cristiane da Silva Ribeiro
 Colegiado de Gestão
 CPF: 061.660.546-37

 José Antônio Moroni
 Colegiado de Gestão
 CPF:459.520.350-00

 André Luis de Carvalho Bittencourt
 Contador CRC BA-0189501/O-0 "S-DF"



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/déficit líquido do exercício	264.310	(75.734)
Ajuste para		
Depreciação	136.810	141.874
	401.120	66.140
Variações nos ativos operacionais		
Adiantamento a funcionários	(594)	93.544
Adiantamento a terceiros	2.000	-
Estoque	(5.635)	-
Outros ativos	12.935	(25.564)
	8.706	67.980
Variações nos passivos operacionais		
Contas a pagar - fornecedores	10.428	35.053
Projetos a realizar	3.088.746	1.537.308
Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	257.593	260.068
Outros créditos	871	11.023
	3.357.638	1.843.451
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	3.767.464	1.977.571
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo Imobilizados	(90.010)	(37.041)
Adições ao ativo Intangível	(7.230)	-
Baixas ao ativo Imobilizado	4.018	-
	(93.222)	(37.041)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.674.242	1.940.530
Disponibilidades no final do exercício	13.854.730	10.180.488
(-) Disponibilidades no início do exercício	10.180.488	8.239.957
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.674.242	1.940.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Cristiane da Silva Ribeiro
 Colegiado de Gestão
 CPF: 061.660.546-37

 José Antônio Moroni
 Colegiado de Gestão
 CPF: 459.520.350-00

 André Luís de Carvalho Bittencourt
 Contador CRC BA-0189501/O-0 "S-DF"



Instituto de Estudos Socioeconômicos
Demonstrações contábeis dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (“Instituto” ou “INESC”) é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade pública, não partidária, democrática, pluralista, com atuação em todo o território nacional, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

São objetivos e finalidades do INESC:

I - Atuar para o desenvolvimento sustentável; para o fortalecimento do processo democrático, do pluralismo, dos princípios éticos; para a promoção da cidadania, pela garantia do respeito aos direitos humanos individuais e coletivos e pela inclusão social, política, econômica e cultural;

II – Atuar para que o Poder Legislativo, seja um espaço efetivo de fortalecimento do processo democrático no país, por meio do assessoramento a parlamentares na discussão de temas de natureza social, econômica, política e na elaboração de documentos correlatos e inerentes ao processo legislativo;

III – Assessorar movimentos populares, organizações não governamentais, sindicatos, instituições de assistência social e outros organismos da sociedade civil brasileira na elaboração de propostas de políticas públicas do interesse dos setores da sociedade brasileira que defendem e/ou representam;

IV – Monitorar o processo legislativo, informando as organizações da sociedade civil sobre suas propostas e demandas em andamento no Congresso Nacional e vice-versa, de fora a promover a integração entre ambos;

V – Elaborar propostas de políticas públicas ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo e à sociedade civil organizada e implementar as respectivas ações e atividades necessárias à sua aprovação;

VI – Promover educação informal e capacitação para identificação, diagnóstico e proposição de alternativas para problemas de natureza política, social, econômica, cultural e ambiental;

VII – Monitorar e avaliar a implementação, por parte do Poder Executivo, de políticas públicas de interesse da sociedade civil brasileira;

VIII – Promover e apoiar atividades culturais que contribuam para atingir os objetivos institucionais;

IX – Realizar estudos e pesquisas que contribuam para atingir os objetivos contidos nos itens anteriores; e

X – Prestar serviços de assessoria e consultoria a outras entidades da sociedade civil ou organismos públicos, nacionais ou internacionais, nas áreas de atuação do INESC, podendo elaborar e desenvolver produtos de caráter editorial, de difusão cultural e educação política, organizar e realizar seminários, congressos e atividades similares.



2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração da entidade, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Considerando tratar-se de entidade sem finalidade de lucros, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como com a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não contemplados especificamente na referida Interpretação.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 18 de abril de 2026.

As principais políticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas na Nota Explicativa nº 4.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

4. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no regime de competência, exceto quando indicado de forma diversa, e consideram estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A Administração revisa suas estimativas de forma contínua, sendo os efeitos dessas revisões reconhecidos prospectivamente.

4.1. Reconhecimento de receita

Receita de convênios

Os numerários recebidos para aplicação nos projetos são depositados em contas bancárias específicas, com contrapartida no passivo. Quando alocados em aplicações financeiras, os saldos destas aplicações são acrescidos do rendimento financeiro correspondente.

Os saldos remanescentes de recursos de projetos, demonstrados no passivo circulante, correspondem à soma dos recursos recebidos dos financiadores e ainda não aplicados nos projetos. À medida que os recursos são utilizados para execução dos projetos/prestação de serviços, os valores aplicados são baixados como despesas. As receitas de projetos são reconhecidas no resultado à medida que as despesas correspondentes são incorridas, refletindo a execução dos projetos financiados.



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Receitas sem restrições

As receitas sem restrição compreendem: (i) as taxas administrativas, correspondentes à remuneração do Instituto pela gestão e intermediação na execução de projetos; e (ii) outras receitas de natureza eventual, não vinculadas a obrigações específicas ou restrições de aplicação.

Receitas financeiras e despesas financeiras

Os rendimentos financeiros auferidos sobre recursos de convênios são reconhecidos de acordo com as disposições contratuais e classificados como receitas com ou sem restrição, conforme a destinação estabelecida.

As receitas e despesas financeiras do Instituto compreendem: (i) Rendimentos de aplicações financeiras com renda fixa; (ii) Outras receitas e despesas financeiras; (iii) Ganhos/perdas de variação cambial ativa e passiva.

4.2. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os custos sejam auferidos pelo Instituto. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme tabela abaixo:

Descrição	Taxa Anual
Instalações	4%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Máquinas e equipamentos	20%



Instituto de Estudos Socioeconômicos
Demonstrações contábeis dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

4.4. Provisões

4.4.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

4.4.2. Provisão para riscos judiciais

As provisões são reconhecidas para contingências decorrentes de processos judiciais quando a entidade possui uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para sua liquidação e quando o valor pode ser estimado de forma confiável.

A avaliação da probabilidade de perda considera, entre outros fatores, a análise das evidências disponíveis, a legislação aplicável, a jurisprudência relevante, o estágio processual das demandas e a opinião de assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas conforme necessário, de modo a refletir alterações nas circunstâncias, incluindo mudanças no prazo prescricional, desdobramentos de fiscalizações, bem como novas interpretações legais ou decisões judiciais.

Os processos de natureza cível, trabalhista e tributária classificados como de perda provável encontram-se devidamente provisionados e divulgados nas demonstrações contábeis da entidade.

4.4.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

O Instituto avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações contábeis, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios.

4.5. Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.



Instituto de Estudos Socioeconômicos
Demonstrações contábeis dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

a. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Compreendem aplicações financeiras contidas em caixa e equivalentes de caixa e adiantamentos a receber.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros propósitos.

O Instituto considera como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. De forma geral, os investimentos são classificados como equivalentes de caixa quando possuem prazo de vencimento original de até três meses a partir da data de contratação.

As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, sendo os rendimentos reconhecidos no resultado do período de acordo com o regime de competência.

c. Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos a pagar a fornecedores.



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

d. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

4.7. Patrimônio social

Representado pelo valor do patrimônio inicial acrescido (deduzido) do superávit (*déficit*) dos exercícios.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	2025	2024
Sem restrição		
Fundo Fixo	494	577
Banco conta movimento	348.148	2.232.703
Aplicações Financeiras	4.210.256	1.301.291
	4.558.898	3.534.571
Com restrição		
Banco conta movimento	301.205	202.460
Aplicações Financeiras	8.994.628	6.443.457
	9.295.832	6.645.917
	13.854.730	10.180.488

- (i) O saldo refere-se às aplicações financeiras em Fundo de Investimento em renda fixa com benchmark no Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2025 teve remuneração variando entre 100 e 102%% do CDI. As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada (liquidez imediata).
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras junto à XP Investimentos, no montante de R\$ 3,8 milhões, visam melhor rentabilidade, considerando sua ampla oferta de produtos financeiros. A instituição não se enquadra na categoria de bancos tradicionais, tendo características operacionais e regulatórias distintas, com regulação pelo mercado de capitais.

6. Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamento para funcionário	594	-
Adiantamentos a fornecedores	-	2.000
	594	2.000

7. Imobilizado e intangível

7.a Imobilizado sem restrição



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

	SR - Instalações	SR - Edificações	SR - Máquinas e Equipamentos	SR - Moveis e Utensílios	SR - Equipamentos de Informática	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2024	7.321	2.074.229	149.243	299.015	227.926	2.757.734
Adições	-	-	3.521,70	2.700,92	4.579,94	10.803
Baixas	-	-	-	-	(4.018)	(4.018)
Saldo em 31/12/2025	7.321	2.074.229	152.765	301.716	228.488	2.764.519
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2024	(4.787)	(1.050.208)	(116.522)	(270.608)	(221.336)	(1.663.460)
Depreciação anual	(380)	(82.969)	(8.793)	(4.750)	(3.307)	(100.199)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	(5.167)	(1.133.177)	(125.315)	(275.358)	(224.643)	(1.763.659)
Valor líquido						
Saldo em 31/12/2024	2.534	1.024.021	32.721	28.407	6.590	1.094.274
Saldo em 31/12/2025	2.155	941.052	27.450	26.358	3.844	1.000.859

7.b Imobilizado com restrição

	CR - Máquinas e Equipamentos	CR - Equipamentos de Informática	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2024	15.643	138.103	153.747
Adições	6.631	72.576	79.207
Baixas	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	22.275	210.679	232.954
Depreciação acumulada			
Saldo em 31/12/2024	(3.549)	(65.424)	(68.973)
Depreciação anual	(1.755)	(30.313)	(32.068)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	(5.304)	(95.737)	(101.041)
Valor líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.094	72.679	84.773
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.971	114.942	131.912

7.c Intangível

	Software – Sem Restrição	Software – Com Restrição	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2024	95.659	4.372	100.030
Adições	5.032	2.198	7.230
Baixas	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	100.691	6.569	107.260
Amortização acumulada			
Saldo em 31/12/2024	(92.157)	(2.481)	(94.638)
Amortização anual	(3.685)	(857)	(4.542)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	(95.842)	(3.338)	(99.180)
Valor líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.502	1.890	5.392
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.849	3.231	8.080



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

8. Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais

	2025	2024
Obrigações fiscais e encargos trabalhistas		
Salários a pagar	200.476	-
Provisão de férias	590.832	541.781
IRRF assalariado	155.733	172.645
INSS a recolher	37.583	19.524
FGTS a Recolher	45.328	36.628
Obrigações tributárias		
ISS de terceiros	85	1.866
Total	1.030.037	772.444

Os custos com pessoal e os respectivos encargos sociais são apropriados aos projetos com base em critérios de rateio consistentes com as previsões orçamentárias aprovadas, considerando a alocação dos recursos destinados à cobertura dos custos administrativos

O saldo de Salários a pagar em 31/12/2025 refere-se à folha de dezembro, cujo pagamento ocorreu no 5º dia útil de janeiro de 2026, em conformidade com a política de pagamento adotada a partir de 2025. Nos exercícios anteriores, os salários eram pagos dentro do próprio mês de competência.

9. Projetos a realizar

O detalhamento dos saldos por projeto em 31/12/2025 e 31/12/2024, são apresentados na tabela abaixo:

	2025	2024
Projetos a realizar		
OPEN SOCIETY FOUNDATIONS	1.907.222	1.211.755
CLUA MINERAÇÃO	19.422	1.068.989
ETF	1.464.153	699.672
SEJUS	40.273	601.561
OXFAM BRASIL-MAPA DA DESIGUALDADE	591.831	591.831
FDCC	9.888	70.914
ICS-INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE	894	393.299
FASTENAKTION	115.508	332.108
INSTITUCIONAL	327.840	327.840
FUNDAÇÃO FORD	855.681	298.730
C. S. MOTT FOUNDATION	552.841	251.398
FUNDAR- CENTRO DE ANALISIS E INVESTIGACION	371.072	236.853
SAGE	41.829	180.791
PWA	33.446	121.403
INSTITUTO IBIRAPITANGA	(1.248)	112.487
UNFPA	45.898	76.583
FUNDO MALALA	177.471	513.430
TERCEIROS	69.523	43.273
KNH	72.534	37.189
PRÊMIO ITAÚ	31.051	31.106
BANCO DO BRASIL	22.744	23.861
PPM-DH	(2.529)	15.796
CONSULADO GERAL DO CANADA	8.815	8.815
ITAIPU BINACIONAL	8.782	8.782
MISEREOR - INESC	2.713	2.713
MISEREOR-DH 2022-2025	39.526	1.367
MISEREOR-DH 233-900-1568	73.807	0
IIE - INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION	428	428
FUNDAÇÃO AVINA	14	14
FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL	(2.679)	(2.426)
RAINFOREST	(13.030)	(12.491)
TILT	1.019.667	0
WRI	(193.024)	(63.820)
PPM - QUADRIENAL	457.338	(123.162)



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

WELLSPRING	(209.994)	(133.113)
UNIAO EUROPEIA	2.071.278	0
Recursos pendentes e encerrados	5.738	0
	10.016.724	6.927.978

Os saldos negativos referem-se a projetos encerrados com déficit de execução, cujos valores estão em processo de negociação com os respectivos financiadores. Eventuais saldos não repostos serão absorvidos pelo patrimônio da Entidade.

10. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O Patrimônio social do Instituto é constituído basicamente pelo patrimônio inicial e pelos superávits e déficits acumulados ao longo do tempo.

11. Recursos de projetos/contratos

Doações	2025	2024
OPEN SOCIETY FOUNDATIONS	1.819.248	493.172
PPM - QUADRIENAL	892.198	2.514.230
FUNDAÇÃO FORD	1.251.214	589.768
RAINFOREST	1.007.532	872.138
BANCO DO BRASIL	1.075	-
CLUA Mineração	1.114.672	733.232
C.S MOTT FOUNDATION	640.046	-
FDCC	230.991	-
FUNDO MALALA	679.094	1.132.192
MISEREOR-DH 2022-2025	-	448.510
MISEREOR-orçamento e direitos	-	-
KNH DIVERSIDADE E DIREITOS	365.957	334.876
IKI_ISPN	99.007	-
FASTENAKTION - TRANSICAO ENERGETICA	454.731	538.779
FUNDAR	36.689	24.224
SAGE	-	296.857
PPM-DH -2022-2025	-	166.524
WELLSPRING	78.760	336.648
PWA	-	79.704
FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL	100.253	364.125
ETF	1.041.017	294.812
FUNDO CANADA	-	28.184
INSTITUTO IBIRAPITANGA	86.716	-
ICS - COMUNICANDO COM A SOCIEDADE	664.385	-
INSTITUCIONAL	152.873	405.576
UNFPA	386.622	123.544
WRI	734.390	65.904
IIE - INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION	-	112.080
FUNDACAO AVINA	-	701.855
SEJUS	734.358	-
TILT	37.182	-
Total	12.609.009	10.656.933

O total inclui rendimentos financeiros com restrição de R\$ 1.042.275, apresentados de forma destacada na Demonstração do Resultado como linha separada dentro das Receitas de convênios.



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

12. Receitas sem restrições

	2025	2024
Rendimentos financeiros	465.294	284.861
Taxas administrativas		
PWA	-	10.000
Fundar	-	4.487
Clua	-	46.677
Open Society Foundations	8.600	-
SAGE	8.726	-
UNFPA	32.688	-
Wellspring	8.199	-
Total Taxas administrativas	58.212	61.164
Outras receitas		
Atividades	20.500	35.576
Descontos obtidos	-	5.073
Devoluções	15.293	39.975
Receitas eventuais	46.199	6.007
Total outras receitas	81.992	86.632

As taxas administrativas são reconhecidas como receita pela gestão e intermediação prestada pelo INESC na execução dos projetos financiados. O mesmo montante é reconhecido como despesa operacional (Nota 15), com resultado líquido nulo no exercício.

13. Despesas com atividades e projetos

a. Orçamento e direitos

	2025	2024
Ajuda de custo	(68.111)	
Alimentação	(81.023)	(48.123)
Aluguel de veículos	-	(3.350)
Assinaturas de Jornais	-	(2.340)
Aluguel de espaço	(13.050)	-
Compra de materiais	(5.261)	-
Combustível	(1.812)	(338)
Consultoria	(845.790)	(150.788)
Comunicação		(580)
Confecção de roupas	(2.424)	-
Correios	(1.625)	(50)
Diagramação	(20.780)	(43.950)
Diária	(87.382)	(28.354)
Ferramentas de comunicação	(6.244)	(17.090)
Hospedagem	(78.318)	(67.148)
Manutenção de equipamentos	-	(169)
Material de escritório	-	(950)
Impressão de materiais	(39.476)	-
Monitoria	(19.650)	(46.430)
Despesas com comunicação	(449.216)	(400.999)
Outras Despesas Administrativas	-	(583)
Outras Despesas com Utilidades	-	(33)
Outras Despesas com Viagens	(10.196)	(9.567)
Outros Custos - Consultorias/Serviços	(195.869)	(555.463)
Outros	(614)	-
Passagem aérea	(204.285)	(94.075)
Passagem terrestre	(5.478)	(1.384)
Redes Sociais	(195.254)	(14.513)
Reembolso	(3.552)	-
Lanches	(58.914)	(984)
Revisão	(14.853)	-
Seguro-viagem	(8.777)	(285)



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Tradução	(1.697)	-
Transporte	(128.267)	(26.417)
	(2.547.917)	(1.513.962)

b. Apoiar parceiros institucionalmente

	2025	2024
Alimentação	-	(29.320)
Aluguel de espaço	(70.720)	-
Consultoria	-	(54.321)
Hospedagem	(2.040)	(21.360)
Serviços externos	(47.280)	(16.215)
	(120.040)	(121.216)

c. Sujeitos fortalecidos

	2025	2024
Ajuda de custo	(12.151)	-
Alimentação	(31.605)	(25.722)
Aluguel de espaço	(18.591)	(650)
Compra de materiais	(126)	-
Consultoria	(1.016.615)	(347.623)
Diagramação	(40.880)	(11.738)
Diária	(49.956)	(34.735)
Facebook e outras mídias digitais	(9.293)	-
Filmagens/vídeos	(10.100)	-
Hospedagem	(266.623)	(33.659)
Impressão de materiais	(2.135)	-
Monitoria	(30.775)	(900)
Outros	(28.499)	(189)
Passagem aérea	(306.389)	(180.312)
Passagem terrestre	(207.993)	(3.600)
Revisão	(59.943)	-
Seguro-viagem	(568)	(13.484)
Tradução	(22.517)	-
Aluguel de veículos	-	(5.700)
Bolsa de estágio	-	(58)
Combustível	-	(195)
Transporte	(34.276)	(22.275)
Material de Escritório	-	(2.000)
Viagens	(733)	(1.189)
Comunicação	(16.766)	(150.227)
	(2.166.532)	(834.256)

d. Reforma política ampliada

	2025	2024
Consultoria	-	(149.361)
Passagem aérea	-	(114.318)
Diária	-	(2.360)
Transporte	-	(5.910)
Diagramação	-	(1.856)
Hospedagem	-	(9.119)
Revisão	(1.736)	-
	(1.736)	(282.924)

e. Institucional/Outras despesas

	2025	2024
Diária	(50.793)	(16.725)
Ajuda de custo	(21.653)	-
Aluguel de espaço	(14.200)	-
Consultoria	(7.000)	(136.840)
Estagiários	(4.186)	(1.006)
Tradução	(2.485)	(3.772)
Outros	(2.432)	(679)



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Passagem aérea	(1.816)	(83.340)
Transporte	(310)	(91.565)
Alimentação	-	(4.221)
Anuidade	-	(1.300)
Hospedagem	-	(14.254)
Serviço de informática	-	(44.444)
Impressão de materiais	-	(41.493)
Monitoria	-	(1.142)
Site	-	(1.354)
Internet	-	(2.205)
	(104.876)	(444.340)

14. Despesas com pessoal

	2025	2024
Salário	(4.295.099)	(3.505.864)
Vale Refeição	(558.036)	(537.862)
Rescisão de contrato	(105.950)	(72.891)
Seguro Odontológico	(32.480)	-
Seguro Saúde	(560.522)	(511.856)
Férias	(433.282)	(360.779)
FGTS	(1.048)	(345.930)
INSS	(6.490)	-
13º Salário	(331.155)	(304.232)
Vale Combustível	(59.831)	-
Vale Transporte	(19.085)	(86.278)
Outros	(4.415)	(13.470)
Provisão de férias	(87.033)	(68.977)
Bolsa de estudo	(15.343)	(27.256)
Monitorias	(113.127)	(2.000)
Estagiários	(1.795)	(417)
Diárias	(219.277)	(85.963)
	(6.843.969)	(5.923.773)

15. Despesas operacionais

a. Administrativas e gerais

	2025	2024
Serviços externos/consultorias	(158.441)	(524.948)
Auditoria externas	(95.414)	(100.075)
Material de escritório	(93.754)	(15.307)
Serviços contábeis	(84.450)	(94.882)
Sistema radar	(56.240)	-
Serviços de informática	(54.948)	(41.004)
Diárias	(54.731)	-
Redes Sociais	(43.004)	-
Passagens aéreas	(39.733)	(169.197)
Energia elétrica	(37.430)	(35.864)
Assinaturas	(25.416)	(8.820)
Taxi/Transporte por Aplicativos	(22.082)	(19.727)
Copa e banheiros	(20.211)	(12.731)
Anuidades	(20.069)	(11.948)
Material de Informática	(18.992)	-
Outras Despesas Administrativas	(16.874)	(39.097)
Arquivamento externo	(14.293)	-
Internet	(12.105)	(13.699)
Manutenção e conservação	(12.093)	(32.829)
Telefone	(11.542)	(33.126)
Bens de pequeno valor	(8.974)	(278)
Correios	(8.535)	(935)
Confraternizações/Reuniões/Aniversários	(6.534)	(1.800)
Fotocópias	(6.480)	(87)
Doativos e contribuições	(5.000)	(1.500)



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

Alimentação	(3.202)	(23.756)
Instalações	(2.459)	-
Estagiários	(1.719)	-
Outras Despesas com Viagens	(1.572)	(66.139)
Hospedagem	(1.451)	(131.506)
Monitoria	(1.371)	-
Despesas cartoriais	(1.255)	(2.236)
Taxas diversas	(521)	(191)
Traslado	(55)	(7.975)
Aluguel de equipamento	-	(1.500)
Manutenção e equipamentos	-	(72.284)
Passagens terrestres	-	(27.428)
Seguros	-	(4.401)
Serviços Jurídicos	-	(5.000)
	(940.950)	(1.500.270)

b. Despesas financeiras

	2025	2024
Despesas bancárias	(72.667)	(16.272)
IOF	-	(39.405)
IR e IOF de aplicações	(79.406)	(33.864)
Outras taxas	(1.086)	(970)
	(153.159)	(90.511)

c. Taxa administrativa

	2025	2024
Wellspring	(8.199)	-
Open Society Foundations	(8.600)	-
SAGE	(8.726)	-
UNFPA	(32.688)	-
CLUA	-	(46.677)
PWA	-	(10.000)
Fundar	-	(4.487)
	(58.212)	(61.164)

d. Depreciação e amortização

	2025	2024
Depreciação	(132.267)	(137.163)
Amortização	(4.542)	(4.712)
	(136.810)	(141.874)

e. Outras despesas operacionais

	2025	2024
Assinaturas de Jornais/Revista/Periódicos	(1.460)	(1.421)
Domínio de Sites	-	(3.869)
Ferramentas de Comunicação	(7.758)	(11.603)
Patrocínio de Redes Sociais	(6.000)	-
Publicação/Diagramação/Revisão/Tradução/Impressão	(9.032)	(30.273)
Outras Despesas com Comunicação	(4.624)	(115.736)
Condomínio	(108.645)	(84.491)
Seguro de Edificações	(1.388)	(2.159)
Seguro de Equipamentos de Informática	(888)	(1.484)
	(139.795)	(251.036)

16. Isenções usufruídas

a. Isenções usufruídas



Instituto de Estudos Socioeconômicos
Demonstrações contábeis dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

A isenção usufruída das contribuições sociais no exercício de 2025 compreendendo cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Programa Integração Social - PIS (de acordo com CEBAS) totalizou o montante de R\$ 1.404.970.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, goza também do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu superávit de acordo com o artigo 184 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 9.580 de 22/11/18 e Lei nº 9.532/97 e da isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03 e IN nº 1.911/2019.

A renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente ao processo nº 71000.054985/2024-17, foi deferida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio da Portaria nº 94/2025, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2025. O certificado, emitido em 20 de abril de 2026 pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), é válido para o período de 24/10/2024 a 23/10/2027, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 187/2021 e pelo Decreto nº 11.791/2023.

b. Gratuidades concedidas

A Entidade desenvolve ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos de forma gratuita, universal, não contributiva, continuada, permanente e planejada, em conformidade com sua finalidade institucional e com os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS), nos termos do art. 73 do Decreto nº 11.791/2023, que regulamentou a LC nº 187/2021.

Suas atividades compreendem a execução de programas, projetos e serviços socioassistenciais voltados ao fortalecimento da sociedade civil, à promoção da participação social e ao aprimoramento dos processos democráticos, enquadrados no inciso I do art. 29 da LC nº 187/2021, que autoriza a certificação às entidades que executem serviços, programas ou projetos socioassistenciais de assessoramento ou que atuem na defesa e na garantia dos direitos dos beneficiários da LOAS.

Para fins de cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo art. 31 da LC nº 187/2021 e pelo Decreto nº 11.791/2023, a Entidade: (a) mantém inscrição no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o § 2º do art. 29 da LC nº 187/2021, aplicável às entidades de assessoramento e defesa e garantia de direitos que atuam em mais de um Município ou Estado, para as quais a inscrição exigida é a da sede; (b) mantém o Cadastro Nacional de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CNEAS) atualizado, nos termos do art. 19, inciso XI, da LOAS; e (c) aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual superávit no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, não distribuindo resultados a dirigentes, associados ou benfeitores; mantém escrituração contábil regular que registra as receitas, os custos e as despesas, bem como o registro em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal vigente, conforme o inciso IV do art. 31 da LC nº 187/2021 e a Portaria MDS nº 952/2023.

A Entidade mantém regularidade em seus registros institucionais, operacionais e contábeis, assegurando a adequada evidenciação das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos. A renovação do CEBAS foi deferida por meio da Portaria nº 94/2025, publicada no



Instituto de Estudos Socioeconômicos
Demonstrações contábeis dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

Diário Oficial da União de 20/10/2025, com validade para o período de 24/10/2024 a 23/10/2027, conforme detalhado na Nota 16a.

17. Depósito judiciais

A Entidade possui depósitos judiciais vinculados a processos em andamento, registrados no ativo circulante, destinados a garantir o juízo em ações judiciais relacionadas a débitos de FGTS e Contribuição Social originados de auto de infração lavrado pelo Ministério do Trabalho em 27 de agosto de 2018, abrangendo competências de janeiro de 2000 a junho de 2018.

Em consonância com a Seção 21 da NBC TG 1000 (R1), que versa sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e com a ITG 2002 (R1), a Entidade reconhece provisões para contingências classificadas como de perda provável e mantém registrados os depósitos judiciais correspondentes no ativo, os quais não são compensados com os respectivos passivos, em observância ao princípio da não compensação previsto na Seção 3.15 da NBC TG 1000 (R1).

(a) Ação declaratória de inexistência de débito – Processo nº 0000804-06.2020.5.10.0020

Em novembro de 2020, a Entidade ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com anulação de auto de infração perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, em face da União Federal, contestando os valores cobrados a título de FGTS e Contribuição Social no montante original de R\$ 47.811,00. A Entidade reconheceu débito parcial de R\$ 3.344,74, correspondente a recolhimentos realizados incorretamente.

O Juízo condicionou o deferimento da tutela cautelar ao depósito integral do valor em discussão, tendo a Entidade realizado dois depósitos judiciais nos valores de R\$ 20.954,65 (27/11/2020) e R\$ 73.339,48 (14/12/2020), totalizando R\$ 94.294,13, correspondente ao montante atualizado à época.

O pedido foi julgado improcedente em primeira instância (sentença de 20/05/2021), com condenação em honorários sucumbenciais de 10% sobre o valor da causa. O Recurso Ordinário interposto foi improvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (30/03/2022). O Recurso de Revista foi denegado na admissibilidade e o Agravo de Instrumento foi improvido em 10/02/2023. Encontra-se pendente de julgamento o Agravo Interno interposto contra decisão monocrática, com conclusos para voto desde 25/05/2023.

Com base na avaliação do escritório jurídico responsável, a probabilidade de perda foi classificada como provável, ensejando o reconhecimento de provisão para honorários sucumbenciais.

(b) Execução fiscal - Processo nº 1060922-09.2020.4.01.3400

A União Federal ajuizou execução fiscal perante a 19ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cobrando a CDA nº FGDF202000143, oriunda da NDFC nº 201238349, no valor originário de R\$ 42.626,87, atualizado para R\$ 93.113,38 à época do ajuizamento. Registra-se que a parcela de Contribuição Social (CS) relativa à NRFC 201238349 encontra-se com situação "Liquidada" nos registros da Caixa Econômica Federal, restando pendente exclusivamente o componente FGTS.

A Entidade apresentou Exceção de Pré-Executividade, arguindo a ausência de exigibilidade da CDA em razão da garantia integral do débito por depósito judicial realizado nos autos da ação anulatória nº 0000804-06.2020.5.10.0020, com fundamento no entendimento consagrado pelo STJ no REsp 1.140.956/SP (julgado em 24/11/2010). Em 11/07/2023, o Juízo acolheu a prejudicialidade externa e determinou a suspensão do feito executivo até o trânsito em julgado da ação anulatória, nos termos dos arts. 921, I, e 313, V, "a", do CPC, permanecendo suspenso em 31 de dezembro de 2025.

A adequação da garantia constituída é confirmada pelos registros da Caixa Econômica Federal: em 04/09/2023, o saldo total da inscrição de dívida FGDF202000143 — incluindo principal, juros,



Instituto de Estudos Socioeconômicos
 Demonstrações contábeis dos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em Reais)

multa e encargos atualizados, totalizava R\$ 105.160,44. O depósito judicial atualizado pela SELIC até 31/12/2025 atingiu R\$ 118.628, superando esse montante.

(c) Critério de atualização monetária

Os depósitos judiciais e a provisão para honorários advocatícios foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, conforme o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, com base em memória de cálculo elaborada pelo contador responsável em 31/12/2024 e atualização complementar para o exercício de 2025. Os honorários sucumbenciais correspondem a 10% sobre o valor da causa atualizado pela SELIC desde a data da sentença (20/05/2021).

(i) Provisão processos judiciais - Passivo

Processo	31/12/2024	Variação	31/12/2025
1060922-09.2020.4.01.3400 - Execução fiscal FGTS	R\$ 104.518	R\$ 14.110	R\$118.628
0000804-06.2020.5.10.0020 - Honorários advocatícios sucumbenciais	R\$ 6.452	R\$ 871	R\$ 7.323
Total	R\$110.970	R\$ 14.981	R\$125.951

A provisão relativa ao processo nº 1060922-09.2020.4.01.3400 reflete a obrigação presente estimada pela Administração em relação ao débito de FGTS objeto da execução fiscal, mensurada com base no saldo da inscrição de dívida atualizado. A provisão relativa ao processo nº 0000804-06.2020.5.10.0020 corresponde aos honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados em sentença, atualizados pela SELIC.

(ii) Depósito Judicial - Ativo

Processo	31/12/2024	Variação	31/12/2025
0000804-06.2020.5.10.0020 - Depósito Judicial FGTS em 27/11/2020	R\$ 23.227	R\$ 3.136	R\$ 26.362
0000804-06.2020.5.10.0020 - Depósito Complementar FGTS em 14/12/2020	R\$ 81.292	R\$ 10.974	R\$ 92.266
Total	R\$ 104.518	R\$ 14.110	R\$ 118.628

Os valores registrados como depósitos judiciais permanecem vinculados ao processo nº 0000804-06.2020.5.10.0020 até sua resolução final, não estando disponíveis para uso pela Entidade. O depósito garante simultaneamente a ação anulatória e a execução fiscal, que discutem o mesmo crédito.

(d) Regularidade perante o FGTS e eventos ocorridos após a data-base

A regularidade do INESC perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi certificada pela Caixa Econômica Federal, em atendimento a determinação judicial, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) nº 2026040611193562094700, emitido em 06/04/2026, com validade até 05/05/2026. O referido certificado abrange a data de autorização das presentes demonstrações contábeis (18 de abril de 2026), confirmando a plena eficácia do depósito judicial como garantia do débito discutido.

Conforme confirmado pelo escritório jurídico responsável, todos os processos relevantes e seus potenciais efeitos foram considerados na elaboração das demonstrações contábeis. A Administração avaliou os demais eventos ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e a data de



Instituto de Estudos Socioeconômicos
Demonstrações contábeis dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

autorização das demonstrações e não identificou alterações relevantes no andamento dos processos que demandem ajustes ou divulgações adicionais nesta nota.

18. Gerenciamento de riscos

No curso normal das suas operações, a Entidade está exposta aos seguintes riscos:

18.1. Risco de crédito

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidos em instituições financeiras de primeira linha e com reconhecida solidez no mercado.

b) Contas a receber

A Entidade dispõe de política para análise dos limites de créditos atribuídos a cada financiadora bem como monitora a evolução dos seus recebíveis junto a estas entidades. Os procedimentos adotados somados a diluição de suas receitas entre diversos projetos, mitiga o risco de crédito.

18.2. Risco de liquidez

A entidade administra suas disponibilidades com base na definição de um nível mínimo estratégico de caixa, estabelecido em função do ciclo financeiro de suas operações e do capital necessário para a manutenção de suas atividades.

A Administração realiza o monitoramento contínuo das projeções de fluxo de caixa, com o objetivo de assegurar a existência de recursos suficientes para o cumprimento de suas obrigações e a adequada condução das operações.

18.3. Gestão de capital

A entidade financia suas atividades, predominantemente, por meio de recursos provenientes de patrocinadores e financiadores de projetos, os quais são destinados à execução de seus programas institucionais.

A Administração monitora periodicamente a estrutura de capital da entidade, incluindo a relação entre suas obrigações e a capacidade de geração de caixa, com o objetivo de assegurar o equilíbrio financeiro e a continuidade de suas operações.

18.4. Risco com instrumentos derivativos

A entidade não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, tampouco mantém posições com finalidade especulativa ou de proteção (hedge).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a entidade não possuía ativos ou passivos expostos a riscos decorrentes de instrumentos derivativos, nem havia contratado operações dessa natureza.

18.5. Risco operacional

A entidade foi constituída com a finalidade de atuar em articulação com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, contribuindo para o desenvolvimento, análise e incidência em políticas públicas, com foco na promoção e defesa de direitos.



Instituto de Estudos Socioeconômicos
Demonstrações contábeis dos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

Em função de sua natureza institucional e de suas atividades, a entidade obtém recursos majoritariamente por meio de financiamentos e parcerias com organismos nacionais e internacionais, destinados à execução de seus programas e projetos.

A Administração acompanha continuamente a sustentabilidade financeira da entidade, atuando na prospecção de novas fontes de financiamento e no monitoramento do ambiente institucional e econômico relacionado às suas atividades, com vistas à manutenção da continuidade operacional.

19. Cobertura de seguros

A entidade mantém apólices de seguros para cobertura de riscos operacionais, incluindo, entre outros, incêndio, queda de raio, explosão e danos a equipamentos portáteis.

A Administração entende que os valores segurados são compatíveis com o porte de suas operações e suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza dos riscos a que a entidade está exposta.

20. Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação e não identificou fatos relevantes que demandassem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos da Seção 32 da NBC TG 1000 (R1).

Cristiane da Silva Ribeiro
Colegiado de Gestão
CPF: 061.660.546-37

José Antônio Moroni
Colegiado de Gestão'
CPF:459.520.350-00

André Luís de Carvalho Bittencourt
Contador CRC BA-0189501/O-0 "S-DF"

* * *